

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do tratamento constitucional dispensado à administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 51 A Constituição Federal prevê a possibilidade de contratação de servidor por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- 52 Servidor público que, embora exerça atribuições semelhantes às de outro servidor, receba subsídio inferior poderá requerer a equiparação da remuneração.
- 53 A avaliação especial de desempenho, obrigatória para que servidor adquira a estabilidade, será realizada pelo superior direto do servidor: não há a necessidade de se instituir comissão específica para esse fim.

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 54 Cabe ao STJ processar e julgar originariamente os conflitos entre a União e os estados.
- 55 Compete à justiça federal julgar processos em que a União seja autora, ré ou assistente, inclusive os decorrentes de acidente de trabalho.
- 56 Compete ao CNJ eleger os órgãos diretivos do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região bem como dispor sobre competência e funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos desse tribunal.
- 57 O presidente do tribunal competente que, por ação ou omissão, retardar a regular liquidação de precatório cometerá crime de responsabilidade.
- 58 Os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região que cometam crimes de responsabilidade serão processados e julgados originariamente pelo STF.

A respeito da organização político-administrativa dos entes federados, julgue os itens que se seguem.

- 59 É competência comum da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal legislar sobre normas gerais de licitação para a administração pública direta.
- 60 Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- 61 Os recursos minerais, incluídos os do subsolo, são bens da União.
- 62 Em regra, é vedado aos entes federados estabelecer aliança com representantes de cultos religiosos ou igrejas.

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens a seguir.

- 63 O Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, um órgão classificado como autarquia em regime especial, integra a administração indireta da União.
- 64 Administração direta remete à ideia de administração centralizada, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de administração descentralizada.

No que diz respeito a organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 65 A administração pública, em seu sentido subjetivo, compreende o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas incumbidos de executar as atividades administrativas, distinguindo-se de seu sentido objetivo, que se relaciona ao exercício da própria atividade administrativa.
- 66 Órgão público é ente despersonalizado, razão por que lhe é defeso, em qualquer hipótese, ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.

Com referência aos poderes administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 67 Em regra, o poder regulamentar é dotado de originariedade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.
- 68 Como todo ato administrativo, o poder de polícia encontra limites na lei: por exemplo, no que se refere a sua finalidade, se o poder de polícia violar o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, o ato poderá ser anulado, ensejando a responsabilização da autoridade no âmbito civil, penal e administrativo.

Com relação ao controle e à responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

- 69 O direito fundamental de petição, estabelecido expressamente na Constituição Federal, é um instrumento de controle administrativo: ele assegura aos indivíduos o direito de expor e requerer junto aos órgãos públicos.
- 70 Não existe na Constituição Federal hipótese expressa que determine o necessário esgotamento da via administrativa para se recorrer ao Poder Judiciário, devido ao princípio da inafastabilidade da jurisdição e à determinação de que a lei não excluirá a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça de direito.

Considerando as Leis n.ºs 8.112/1990, 8.429/1992 e 9.784/1999, normas nacionais que regulam o direito administrativo, julgue os itens subsecutivos.

- 71 Em razão da abrangência protetiva da Lei de Improbidade Administrativa, as ações principais para a apuração de atos de improbidade administrativa podem ser propostas por brasileiro nato ou naturalizado, pelo Ministério Público e pela pessoa jurídica interessada.
- 72 Recurso e revisão, instrumentos que permitem o reexame de fatos e provas juntados no processo administrativo, se diferenciam quanto à possibilidade de agravamento da situação do processado: no julgamento do recurso, o órgão competente não agravará a situação do recorrente; na revisão, há expressa determinação legal que permite o aumento da sanção imposta.
- 73 **Situação hipotética:** Sérgio, aprovado em concurso público, foi nomeado em vinte de outubro de 2015. Um ano e dois meses depois, após ter sido aprovado em outro concurso público, entrou em exercício no novo órgão público no dia quinze de janeiro de 2017. No entanto, durante o estágio probatório, ele se arrependeu da nova investidura e decidiu retornar ao cargo que havia ocupado anteriormente. **Assertiva:** Nessa situação, Sérgio terá direito a retornar ao cargo anteriormente ocupado em virtude do instituto da recondução.

A respeito dos agentes públicos, julgue o item seguinte.

**74** Para que pessoas físicas que colaboram com o poder público sejam consideradas agentes públicos é necessário que elas, obrigatoriamente, tenham vínculo empregatício com a administração pública e sejam por esta remuneradas, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos.

Acerca da vigência, aplicação, interpretação e integração das leis bem como da sua eficácia no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

**75** A lei do país em que a pessoa for domiciliada determina as regras sobre o começo e o fim de sua personalidade.

**76** A vigência das leis pode ocorrer de forma temporária ou por tempo indeterminado.

**77** Derrogação é o fenômeno que ocorre quando há revogação total de uma lei.

**78** Admite-se o costume *contra legem* como instrumento de integração das normas.

No que se refere às pessoas jurídicas, julgue os itens que se seguem.

**79** A pessoa jurídica se responsabiliza pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam exercidos nos limites dos poderes estabelecidos no ato constitutivo.

**80** As empresas individuais de responsabilidade limitada são exemplo de pessoa jurídica de direito privado.

**81** Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado.

A respeito de bens públicos, julgue os itens subsequentes.

**82** Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.

**83** Os bens públicos dominicais são inalienáveis.

Acerca da prescrição e da decadência, julgue os próximos itens.

**84** O juiz pode reconhecer, de ofício, a decadência, mesmo quando convencionada pelas partes.

**85** A prescrição ocorrerá em dez anos, caso a lei não lhe tenha fixado prazo menor.

A respeito de jurisdição, julgue os itens a seguir.

**86** A jurisdição é divisível.

**87** Na jurisdição voluntária não há lide: trata-se de uma forma de a administração pública participar de interesses privados.

**88** São inerentes à jurisdição os princípios do juiz natural, da improrrogabilidade e da indelegabilidade.

**89** Jurisdição consiste na função estatal de compor litígios e de declarar e realizar o direito.

A respeito de aspectos relativos à ação, julgue os itens a seguir.

**90** Ninguém poderá pleitear, em seu próprio nome, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

**91** O interesse processual deverá estar presente tanto para propor quanto para contestar a ação.

**92** Integram as condições da ação o interesse de agir e a legitimidade *ad causam*.

**93** Os vícios relativos ao interesse de agir e à legitimidade podem ser reconhecidos a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da ação.

Julgue os próximos itens, relativos aos atos processuais.

**94** O serventuário deverá remeter os autos conclusos no prazo de um dia contado da data em que tiver cumprido ato processual anterior; o não cumprimento dessa regra, sem motivo legítimo, acarretará a instauração de processo administrativo.

**95** Ato processual eletrônico pode ser praticado em qualquer horário desde que até as vinte horas do último dia do prazo.

**96** Serão considerados intempestivos os atos processuais realizados antes do termo inicial do prazo.

**97** A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça expressamente.

Em sete de janeiro de 2017, João praticou conduta que, à época, configurava crime punível com prisão. O resultado desejado pelo autor, no entanto, foi alcançado somente dois meses depois, ou seja, em sete de março do mesmo ano, momento no qual a conduta criminosa tinha previsão de ser punida com pena menos grave, de restrição de direitos.

Nessa situação hipotética, de acordo com a lei penal,

**98** João não poderá ser condenado com a pena de prisão em razão da retroatividade da lei mais benéfica.

**99** considera-se praticado o crime somente em sete de março de 2017, momento em que se alcançou o resultado desejado.

Antônio, renomado cientista, ao desenvolver uma atividade habitual, em razão da pressa para entregar determinado produto, foi omissivo ao não tomar todas as precauções no preparo de uma fase do procedimento laboratorial, o que acabou ocasionando dano à integridade física de uma pessoa.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

**100** Embora não tenha desejado o resultado danoso, Antônio poderá ser punido devido à imperícia na execução do procedimento laboratorial.

**101** A omissão de Antônio é penalmente relevante porque foi esse comportamento que criou o risco de ocorrência do resultado danoso à integridade física.

José, com vinte anos de idade, e seu primo, Pedro, de quinze anos de idade, saíram para conversar em um bar. José, que estava ingerindo bebida alcoólica, ficou muito bêbado rapidamente em razão do efeito colateral provocado por medicamento de que fazia uso. Pedro, percebendo o estado de embriaguez do primo, fez que este praticasse um ato que sabia ser tipificado como delituoso.

A respeito dessa situação hipotética e considerando o concurso de pessoas e a imputabilidade penal, julgue os itens que se seguem.

**102** José não poderá ser punido pelo crime que cometeu porque se encontrava em estado de embriaguez decorrente de caso fortuito, hipótese de isenção de pena.

**103** José e Pedro cometeram crime em concurso de pessoas, e, haja vista que Pedro foi o mentor, a ele deverá ser imputada punição mais grave que a de José.

Julgue os próximos itens, acerca da ação penal e da extinção de punibilidade.

- 104 O cumprimento de pena no estrangeiro é causa interruptiva de prescrição, assim como a reincidência.
- 105 No caso de crime processável por ação penal pública, quando o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, o ofendido poderá impetrar ação penal privada subsidiária da pública.
- 106 Em caso de morte do agente, extingue-se a punibilidade, não podendo a pena alcançar os herdeiros do agente, salvo quanto à obrigação de reparação de dano, no limite do patrimônio herdado.

À luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 107 A configuração de ato de improbidade administrativa dependerá, necessariamente, da existência de dano efetivo ao erário.
- 108 As penas previstas na lei em apreço serão sempre aplicadas de forma cumulativa, independentemente da gravidade do fato.

Acerca do inquérito policial, julgue os próximos itens.

- 109 Mesmo depois de a autoridade judiciária ter ordenado o arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas diligências.
- 110 Membro do Ministério Público que participe, ativamente, do curso da investigação criminal não poderá oferecer denúncia, devendo, ao final do inquérito policial, encaminhar os documentos cabíveis para outro membro do *parquet*, que decidirá acerca do oferecimento ou não de denúncia.
- 111 Apenas no caso em que o investigado estiver preso preventivamente, o inquérito policial deverá se encerrar em até dez dias, contados a partir do dia subsequente à execução da ordem de prisão.

Acerca dos princípios que regem o processo penal brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 112 A lei processual penal deverá ser aplicada imediatamente, sem que isso prejudique a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, tampouco constitua ofensa ao princípio da irretroatividade.
- 113 Juiz que se utilizar do silêncio do acusado para formar seu próprio convencimento não incorrerá em ofensa ao princípio processual penal da não autoincriminação, ainda que a opção do acusado por abster-se de falar não constitua confissão.
- 114 Em obediência ao princípio da indivisibilidade da ação penal, não poderá o juiz, em caso de conexão ou continência, separar os processos, mesmo que o número de acusados seja excessivo e que isso acarrete o prolongamento de prisões.

A respeito da ação penal, julgue os itens a seguir.

- 115 O Ministério Público detém, privativamente, a legitimidade para propor ação penal pública, ainda que a proposição seja condicionada à representação do ofendido ou à requisição do ministro da Justiça.
- 116 **Situação hipotética:** Antônio e Pedro são autores de um mesmo crime contra João. **Assertiva:** Nessa situação, João poderá renunciar ao exercício de seu direito de queixa em relação a Antônio e mantê-lo em relação a Pedro.
- 117 Desde o advento da Lei n.º 11.719/2008, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, as condições da ação penal são a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade.

Com relação a intimações e prazos, julgue os próximos itens.

- 118 No processo penal, os prazos são contados a partir da data da intimação, e não da data de juntada do mandado ou da carta precatória ou de ordem aos autos.
- 119 **Situação hipotética:** Luiz é advogado e foi nomeado para defender José em uma ação penal pública condicionada. **Assertiva:** Nessa situação, a partir da nomeação de Luiz, a intimação de José deverá ser feita por meio de publicação em diário oficial, sob pena de nulidade.

A respeito dos direitos do acusado, julgue o item seguinte.

- 120 A não comunicação ao acusado de seu direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo.

Espaço livre